

Sócios da Qualicorp exigem devolução dos R\$ 150 milhões

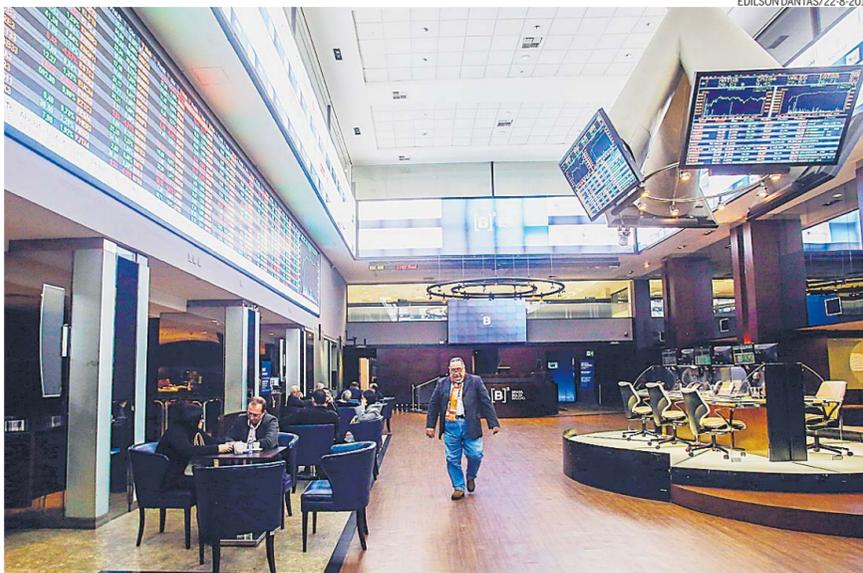
Valor foi pago a fundador para que ele não criasse empresa concorrente. XP Gestão quer assembleia, e minoritários classificam caso de escândalo corporativo

RENNAN SETTI
rennan.setti@oglobo.com.br

Sócios da administradora de planos de saúde Qualicorp reagiram à decisão da empresa de pagar R\$ 150 milhões ao seu fundador e diretor executivo, José Seripieri Filho — conhecido como Júnior — para que ele não venda suas ações nem concorra com ela. A XP Gestão, braço do grupo XP que detém 5,12% da Qualicorp, enviou carta a executivos e conselheiros da empresa exigindo o reembolso do dinheiro pago e a convocação de assembleia para tratar do assunto. A Amec, associação de investidores minoritários, classificou o acordo de “maior escândalo corporativo desde o caso Oi” e disse que o Ministério Público precisa agir. Paralelamente, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu processo para apurar possível irregularidade.

Na segunda-feira, após o anúncio do acordo, as ações da Qualicorp desabaram 29,4%, e a empresa perdeu R\$ 1,4 bilhão em valor de mercado. Os investidores foram surpreendidos pelo acordo com Júnior, que recebeu R\$ 150 milhões em dinheiro. A decisão foi aprovada de forma unânime pelo Conselho de Administração no dia 25 de setembro e divulgada na segunda-feira.

Para especialistas, o pagamento seria uma espécie de pacote salarial, o que contraria a Lei das S.A., que exige que o



Na Bolsa. Ações da Qualicorp tiveram alta de 10,9% ontem, o que não compensou o tombo de 29,4% da véspera

tema passe por assembleia.

— O limite de remuneração aprovado para 2018 é de R\$ 28,5 milhões. Ou seja, independentemente de qualquer discussão de mérito, o conselho não poderia ter atribuído ao diretor-executivo uma remuneração adicional que ultrapassa qualquer parâmetro — disse o advogado Raphael Martins, do Faoro & Fucci.

Embora tenha recebido R\$ 150 milhões, Júnior viu o valor de sua fatia na empresa, de 15%, encolher R\$ 152 milhões com o tombo dos papéis.

Ontem, os papéis tiveram recuperação parcial, com alta de 10,9%, ganhando R\$ 359,6 milhões em valor de mercado. Segundo fontes, os advoga-

dos da XP Gestão enviaram aos conselheiros e à direção da Qualicorp carta exigindo, “em caráter de urgência”, o reembolso do valor pago a Júnior, a revogação da decisão e a convocação de assembleia extraordinária.

A carta, assinada pelo escritório Almeida Advogados e à qual O GLOBO teve acesso, afirma que os conselheiros e diretores da Qualicorp podem ser responsabilizados na esfera cível. E diz que a decisão contraria os interesses da companhia e representa um exercício abusivo do direito de voto e conflito de interesses. Outro argumento é que o acordo parece atender ao “interesse particular” de Júnior.

A XP Gestão reclamou ainda que a transação ocorreu a portas fechadas, “com divulgação basicamente concomitante ao pagamento à vista do valor integral da operação, o que reforça as suspeitas de inidoneidade do ato”.

Procurada, a XP não quis comentar o assunto.

A Qualicorp faz a intermediação entre clientes e operadoras de planos de saúde — negociando reajustes, por exemplo — e é líder isolada no setor, com fatia de 67%.

Em comunicado, o Conselho da Qualicorp afirmou que a repercussão foi gerada por “ilações e conclusões precipitadas” e que os R\$ 150 milhões são um “valor adequado”.

Bradesco compra RCB, de recuperação de crédito em atraso

Banco terá 65% da empresa. Valor não foi divulgado, mas mercado estima negócio em R\$ 224 milhões

ANA PAULA RIBEIRO
ana.ribeiro@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

O Bradesco comprou 65% da RCB Investimentos, empresa que atua no segmento de recuperação de créditos em atraso e conta com uma carteira de R\$ 20 bilhões sob gestão. Na avaliação de Eurico Ramos Fabri, vice-presidente do banco, a melhoria da economia do país irá impulsionar esse mercado de compra de créditos dados como perdidos.

— Não temos uma meta predefinida do valor a que a carteira da RCB pode chegar. No entanto, esse mercado deve se intensificar, principalmente neste período em que estamos saindo da crise — afirmou Fabri, em teleconferência.

O valor da operação não foi divulgado, mas, segundo fontes do mercado, o Bradesco teria desembolsado R\$ 224 milhões para a compra dessa fatia da RCB. Procurado, o banco não confirmou o valor.

Esse acordo não prevê exclusividade. Ou seja, o Bradesco pode vender a sua carteira de créditos em atraso para outras instituições, e a RCB pode comprar ativos de outros participantes desse segmento do mercado.

Na avaliação de João Augusto Salles, analista da consultoria Lopes Filho, o Bradesco aproveitou seu

momento de caixa elevado — com a economia mais fraca, a instituição acaba concedendo menos crédito — para entrar em um negócio de alta rentabilidade.

— O retorno é elevado nesse negócio. As carteiras são compradas com um deságio grande — explicou.

Em alguns casos, a carteira em atraso é vendida por menos de 2% do chamado “valor de face”. Por isso, mesmo que apenas uma fatia pequena da carteira seja recuperada, a rentabilidade da operação pode ser expressiva para quem passou a administrar esses créditos.

DOIS MERCADOS

Segundo Fabri, a partir de agora a RCB irá explorar dois mercados. O primeiro é o da compra de carteiras de créditos dados os perdidos pelas instituições financeiras. Essas operações são aquelas que os bancos já tiraram do balanço, em razão do longo período em atraso.

Além disso, a RCB passará a atuar no mercado de cobrança da carteira de crédito ativa do Bradesco. Ou seja, cobrar os empréstimos com atrasos menores.

O Bradesco não é o primeiro grande banco a comprar uma empresa de recuperação de crédito. Em dezembro de 2015, o Itaú Unibanco anunciou a compra da Recovery, até então controlada pelo BTG Pactual.

Netflix e serviços de ‘streaming’ terão cota de produção na UE

Empresas também podem ser obrigadas a financiar criações europeias

DA BLOOMBERG NEWS
BRUXELAS

Netflix, Amazon e outros serviços de conteúdo sob demanda (*streaming*) precisarão ter ao menos 30% de seu catálogo compostos por conteúdo produzido na Europa, de acordo com a legislação para a região aprovada ontem. O objetivo da nova política da União Europeia (UE) é modernizar a legislação audiovisual em um momento em que as pessoas, cada vez mais, veem seriados, filmes e outros conteúdos on-line.

A lei, que também pode exigir que plataformas digitais ajudem a financiar a TV e a produção de filmes da Europa, ainda precisa ser validada pelos membros da UE. Depois disso, os países do bloco terão dois anos para implementar as regras por

meio de legislações próprias.

Algumas das maiores plataformas já têm grande oferta de conteúdo europeu, mas todos os novos filmes e séries terão de ser equilibrados com conteúdo europeu para alcançar a cota de 30% de produção europeia. O conteúdo local também deverá ter boa visibilidade e exposição nas plataformas.

Procuradas, Amazon e Netflix não comentaram.

Apesar das exigências, a nova regra da UE pode se provar boa para os negócios.

— Já vimos a importância da oferta de conteúdo local na indústria musical — disse Paolo Pescatore, analista independente de tecnologia

Amazon eleva salário nos EUA a US\$ 15 por hora

> A Amazon informou ontem que aumentará o salário mínimo de seus funcionários nos EUA para US\$ 15 por hora a partir de novembro.

> A empresa vinha sendo criticada pela disparidade salarial por legisladores e sindicatos. — Encorajamos nossos concorrentes e outros grandes empregadores a se juntarem a nós — disse Jeff Bezos, diretor da Amazon.

e mídia. — Devido à fragmentação do mercado europeu, existe demanda.

A medida também é importante para os provedores de conteúdo sob demanda, considerando que as companhias trabalham para crescer internacionalmente. A Netflix, por exemplo, exibe séries como “Marseille”, uma trama policial francesa estrelada por Gérard Depardieu, além da italiana “Suburra”. Uma programação com idiomas locais é bem acolhida pelo público europeu, sendo mais popular junto aos anunciantes do que as séries importadas, avaliam analistas.

EM 2014, APENAS UMA SÉRIE Essas plataformas “percebem que, ao se tornarem globais, terão de encontrar um equilíbrio entre grandes bilheterias globais e a oferta aos mercados regionais”, disse Pescatore.

Este ano, a Netflix está dobrando seu orçamento para programação europeia para US\$ 1 bilhão. A Amazon terá em breve ao menos uma dúzia de séries originais produzidas na Europa, contra apenas uma em 2014.

McDonald's não poderá usar jornada intermitente

Acordo com Ministério Público prevê proibição por 5 anos. Rede foi multada em R\$ 7 milhões

CÁSSIA ALMEIDA
cassia@oglobo.com.br

Depois de seis anos, o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a empresa Arcos Dourados, operadora da McDonald's no Brasil, com cerca de 30 mil funcionários, entraram em acordo, que prevê a proibição de contratos de jornada intermitente (sem carga horária definida) por cinco anos e multa de R\$ 7 milhões.

O MPT entrou com ação em 2012, depois de constatar que os trabalhadores não tinham uma jornada definida, havia lançamento irregular de horas extras e cálculos incorretos de salário.

— Analisamos folhas de ponto de 15 meses entre 2016 e 2017, para fiscalizar o acordo anterior de 2013 e vimos que houve melhora nas condições de trabalho. Nesse período, respeitaram mais os intervalos entre as jornadas e houve poucos casos de mais de duas horas extras. Por isso, o acordo — afirma o procurador autor da ação, Leonardo Osório Mendonça.

A proibição foi aceita pela empresa, mesmo com a permissão para esse tipo de contrato na reforma trabalhista que está em vigor desde novembro de 2017.

A empresa afirma por nota que as interações com o MPT “sempre foram pautadas em um contexto de colaboração”.

“Esse diálogo construtivo permitiu à empresa aprimorar suas práticas laborais relacionadas à jornada de trabalho”.

MAIS FISCALIZAÇÕES

O juiz Gustavo Augusto Pires de Oliveira, ao homologar o acordo, afirmou na decisão que a vinculação dos empregados à possibilidade de convocação para trabalhar 8 horas por dia e 44 horas por semana, sem configurar serviço extraordinário, mas apenas recebendo remuneração pelas horas efetivamente trabalhadas, “caracteriza abusividade da previsão contratual materializada pela empresa”.

Segundo o procurador, nova rodada de fiscalizações nas folhas de ponto será feita em dezembro, para saber se o acordo vem sendo cumprido. Há previsão de multa de R\$ 3 mil por trabalhador em situação irregular. Também ficou acertado o pagamento de piso da categoria quando houver convenção ou salário mínimo nacional. O acordo é válido para todo o país.

hp
Kalunga.com
+160lojas

ANGRA DOS REIS (SHOPPING PIRATAS)
Estrada Municipal, 200
SHOP. PARK LAGOS CABO FRIO Av. Henrique Terra, 1.700
CAMPOS DOS GOYTACAZES (BOULEVARD SHOP. CAMPOS) Av. Doutor Sílvio Bastos Tavares, 316/338

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA COORDENAÇÃO DE SUPRIMENTOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 0081/2018-COSUP

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e equipamentos de áudio, vídeo e fotografia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas, para atender a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Entrega das Propostas: a partir da liberação do edital, até as 14h00 horas do dia 16 de outubro de 2018, exclusivamente por meio do site: www.comprasnet.gov.br

Abertura das Propostas: dia 16 de outubro de 2018 às 14h00 horas, no site www.comprasnet.gov.br

Edital: no site www.comprasnet.gov.br

Informações: Coordenadoria de Suprimentos, Prédio da Pró-Reitoria de Infraestrutura- Campus Universitário da UFJF- Bairro São Pedro – Juiz de Fora- MG, email: logistica.cosup@ufjf.edu.br

Eduardo Antonio Salomão Condé
Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EPSON

Kalunga.com
+160lojas

AMÉRICAS SHOPPING Av. das Américas, 15.500
BANGU SHOPPING Rua Fonseca, 240
BARRA DA TIJUCA (SHOP. METROPOLITANO BARRA) Av. Embaixador Abelardo Bueno, 1.300
CASCADURA Av. Dom Hélder Câmara, 9.783